



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**AMANDA JUDITE DOS SANTOS HENRIQUES**

**A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO  
HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR**

CAMPINA GRANDE  
2021

**AMANDA JUDITE DOS SANTOS HENRIQUES**

**A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO  
HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Área de concentração:** Teoria e Metodologia da História

Orientador: Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro  
Coorientador: Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

CAMPINA GRANDE  
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

H519f Henriques, Amanda Judite dos Santos.  
A formação do Brasil contemporâneo [manuscrito] : análise da contribuição historiográfica de Caio Prado Júnior / Amanda Judite dos Santos Henriques. - 2021.  
31 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.  
"Orientação : Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro, Departamento de História - CEDUC."  
1. Historiografia. 2. Brasil. 3. Colonização. 4. Sociedade colonial. I. Título  
21. ed. CDD 907.2

**AMANDA JUDITE DOS SANTOS HENRIQUES**

**A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO  
HISTÓRICOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento de História da  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em: 03/06/2021



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro  
Universidade Estadual da Paraíba (Orientadora - UEPB)



Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior  
Universidade Estadual da Paraíba (Coorientador - NUHLC-UEPB/CNPq)



Prof. Me. Márcia Albuquerque  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais e maiores incentivadores, dedico.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>6</b>  |
| <b>2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR .....</b>                     | <b>9</b>  |
| <b>3 SETORES DO ORGÂNICO E INORGÂNICO: GRANDE-LAVOURA E LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA .....</b> | <b>17</b> |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>26</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>28</b> |

## A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR

Amanda Judite dos Santos Henriques<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a obra historiográfica Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia de Caio Prado Júnior, considerada como um documento histórico, produto de determinado período político e que espelhava a posição social do historiador da época em que foi escrita, refletindo na narrativa do autor. A partir desses aspectos, apresento a importância da utilização desta obra historiográfica enquanto objeto de pesquisa e estudo, em razão do seu valor intelectual e social. Desse modo, me apoiarei na discussão sobre o sentido da colonização e dos setores do orgânico e inorgânico, aplicado pelo o historiador no decorrer da sua narrativa, por meio da observação do sistema de produção colonial, voltado para atender o comércio exterior, organizando a sociedade e economia brasileira, moldadas através da relação entre Metrópole e Colônia. Quanto aos métodos utilizados para a pesquisa, irei me apoiar na análise de artigos, revistas e livros acerca de Caio Prado Júnior e da historiografia.

**Palavras-chave:** Historiografia. Brasil. Colonização. Sociedade colonial.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the historiographical work Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia de Caio Prado Júnior, considered a historical document, a product of a certain political period and that mirrored the social position of the historian of the time it was written, reflecting on the author's narrative. From these aspects, I present the importance of using historiographical works as an object of research and study, due to their intellectual and social value. Thus, I will rely on the discussion on the meaning of colonization in Brazil applied by the historian during his narrative, through the observation of the colonial production system, aimed at serving foreign trade, organizing Brazilian society and economy, shaped through the relationship between Metropolis and Cologne, generating the sectors of the organic and inorganic that would originate the formation of Brazil. As for the methods used for the research, I will rely on the analysis of articles, magazines and books about Caio Prado Junior and historiography.

**Keywords:** Historiography. Brazil. Colonization. Colonial society.

---

<sup>1</sup> Concluinte do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: jamanda129@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra historiográfica de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, avaliando o sentido da colonização e os setores do orgânico e inorgânico, aplicado pelo historiador no decorrer da sua narrativa, por meio da observação do sistema de produção colonial. Ademais, reflito sobre o contexto na qual a obra foi escrita, partindo do intuito de despertar nos leitores e pesquisadores a importância da utilização dessa obra historiográfica enquanto objeto de pesquisa e estudo, em razão dos aspectos que a permeiam, o seu valor intelectual e social. Desta forma, dediquei-me ao estudo da obra caiopradiana, no apontamento da relevância que apresenta para historiografia brasileira para interpretação do Brasil.

Inicialmente, analisar o livro historiográfico *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* de Caio Prado Júnior, não estava nos meus planos, tinha como objetivo original pesquisar o comércio algodoeiro da cidade de Campina Grande (Paraíba), no período de 1930 a 1940. Dando destaque ao desenvolvimento da cidade devido a sua função de captação, beneficiamento e distribuição do “ouro branco” para os mercados, interno e externo, tornando-a centro comercial. No entanto, o atual contexto mundial de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19<sup>2</sup>, me impossibilitou de realizar a pesquisa de campo nos museus da cidade, com a finalidade da obtenção de material para meu trabalho.

Para trabalhar a temática do desenvolvimento da cidade, por meio da comercialização do algodão, entrei em contato com a obra historiográfica de Caio Prado, me identificando com o livro e narrativa do historiador. Dessa forma, em uma reunião com o meu até então orientador José Júnior, o mesmo me apresentou a possibilidade de utilizar a obra historiográfica *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* como objeto de pesquisa. Além do mais, o atual cenário brasileiro de crise econômica, acentuado pela pandemia, que aumentou a desigualdade social entre os brasileiros, é marcado por um aspecto contraditório encontrado nesse contexto, onde a pobreza extrema e a riqueza tornam-se cada vez mais evidentes. Foi por meio da observação desse contexto que decidi direcionar a minha pesquisa para analisar a obra caiopradiana e o modo como determinados episódios analisados pelo historiador sobre o sistema de produção do período colonial resultou na formação socioeconômica brasileira encontra-se tão atual.

A obra historiográfica *A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* escrita por Caio Prado Júnior, durante o século XX, período marcado por rupturas e projetos nacionalistas, busca explicar o Sentido da Colonização. A partir da Revolução de 1930, a historiografia brasileira assume um novo olhar para se pensar o Brasil, contestando os escritos que se perpetuaram até a década de 1920, os quais possuíam uma predominância dos chamados heróis nacionais e a superioridade racial. O novo modo de olhar assumido pela historiografia se caracteriza, ainda, pela busca em explicar as raízes do Brasil, a partir de assuntos que antes não possuíam

---

<sup>2</sup> “A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves. [...] O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos. Conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019.” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021).

notoriedade, como por exemplo, análises dos grupos políticos, segmentos de raças e classe.

Nesse contexto, Caio Prado Júnior surge enquanto intelectual, propondo-se a pensar as origens históricas do Brasil, rompendo com as visões tradicionais sobre a sociedade brasileira, tornando-se responsável por construir uma nova forma de interpretar o país, com base na evolução política e econômica, examinando todo o contexto da formação brasileira pelo viés marxista, dando ênfase ao Estado e as classes sociais, ou seja, a experiência histórico-social. Desta forma, segundo *Ricupero (1998)* o historiador faz uma abordagem historiográfica original, analisando a sociedade brasileira sob a perspectiva marxista, empregando o método do materialismo histórico e dialético, observando como o processo de formação está conectado ao sistema capitalista e modo que o processo de produção organizou a sociedade.

Sendo assim, o historiador direciona o olhar historiográfico para outro modo de pensar o “Sentido da Colonização”, rompendo com os escritos tradicionais encontrados naquele período, até mesmo com a História oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>3</sup>, que possuía uma tradição histórica marxista, a qual defendia uma presença do modo de produção feudal no Brasil. Em contrapartida, Caio Prado busca visualizar uma interpretação do Brasil, nacionalizando o marxismo à realidade brasileira, deixando de lado a aplicação mecânica dos paradigmas marxistas.

É a partir de tais aspectos que o historiador se propõe a interpretar a Formação do Brasil, analisando as formas de organização da sociedade brasileira, buscando entender o processo de desenvolvimento que determinou a economia nacional, apontando o capitalismo nascente como molde da relação entre a Metrópole e a Colônia, o que iria gerar os setores do orgânico e inorgânico. Para solidificar a sua investigação histórica, passou a estudar o território brasileiro como um todo, pesquisando os diferentes momentos e aspectos da realidade brasileira, investigando o passado para compreender o presente, ou seja, a relação entre a Colônia e a Nação no Brasil.

Caio Prado Júnior apresenta uma nova perspectiva da utilização do marxismo, fundindo a teoria marxista com a realidade brasileira, além de aplicar uma dimensão totalizadora para observar os acontecimentos que originaram o Brasil enquanto nação, possuindo uma rica contribuição para a historiografia brasileira. A vida do historiador também deve ser vista como sinônimo de rupturas, por sua origem pertencer à classe econômica dominante em ascensão de sua época e ter ingressado no Partido Comunista. Essa quebra de paradigma irá refletir no seu modo de pesquisar e escrever história.

O historiador nasceu em São Paulo, mais precisamente na capital do Estado, em 11 de fevereiro de 1907. Pertencia à linhagem de famílias aristocráticas paulistanas. Filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado que, por meio dos seus negócios de café, agricultura, indústrias e finanças, possuíam

---

<sup>3</sup> O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922, possuindo como ideologia norteadora os ideais libertários do nascente proletariado. O partido buscou compor a sua organização política com dirigentes que se destacavam nas lutas dos trabalhadores, além contar com apoio dos representantes intelectuais e culturais brasileiros, entre esses estavam, Astrojildo Pereira (um dos fundadores), Graciliano Ramos, Caio Prado Jr., Mário Schenberg e entre outros. Anos mais tarde, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se torna o núcleo dinâmico da Aliança Nacional Libertadora (ANL), apresentado uma frente nacional e antifascista, reunindo comunistas, socialistas e antigos “tenentes” insatisfeitos com a aproximação do governo de Getúlio Vargas com os grupos oligárquicos afastados do poder. (Partido Comunista Brasileiro, 2010).

um importante papel no desenvolvimento da cidade. De acordo com Pacheco Jr. (2018), a criação de Caio Prado Júnior se deu em meio a um contexto de participação familiar na expansão cafeeira enquanto novo ciclo econômico do desenvolvimento industrial da época, bem como de disputas políticas que marcaram o período oitocentista.

Diante disso, os estudos primários do historiador deu-se em casa, com o auxílio de professores particulares, ato bastante comum entre famílias aristocráticas. Coursou o secundário no Colégio São Luís, localizado em São Paulo. Influenciado pela utilização da política enquanto meio de reafirmação dos princípios oligárquicos e economia, ingressa em 1924 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde começa a dar os seus primeiros indícios de interesse pela política e economia. No ano de 1928 ingressou no Partido Democrático, por identificar-se com a candidatura de Getúlio Vargas, atuando intensamente. Apesar de não ter possuído cargos importantes dentro do partido, era um militante ativo.

A vitória da revolução que ocorreu em outubro de 1930, levou Getúlio Vargas ao poder, como chefe do governo provisório, o que por consequência, devido à participação de Caio Prado, foi indicado para desenvolver atividades com a organização de delegacias revolucionárias, em Ribeirão Preto. No entanto, decepcionado com os choques entre a vanguarda dos tenentes e políticos tradicionais, Caio Prado ingressou no Partido Comunista no ano de 1931.

A partir de então, o historiador passou a conviver com pessoas que não possuíam contato direto e que não estavam na mesma posição social que o mesmo, como era o caso do proletariado brasileiro. Assim, Caio Prado passou a visualizar de perto uma realidade que antes era tão distante. Devido a sua militância, acabou exercendo papéis políticos de relevância, tornando-se, anos mais tarde, vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Inserido nesse contexto, o intelectual escreve uma das suas obras mais importantes para historiografia brasileira: *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, em 1942.

*Malerba (2006)* aponta que segundo *Croce (1993)*, a escrita do passado será sempre dada através das experiências do tempo presente, período político e posição social dos historiadores, que acabam por influenciar no seu processo de escrita. Tais fatores, conseqüentemente, na obra historiográfica mencionada, refletem uma propriedade histórica marcada pelo cenário social em que Caio Prado Júnior estava inserido, sofrendo um condicionamento pelas práticas do espaço-tempo da sua elaboração e abordagem. Assim, sua obra acaba ecoando os processos de rupturas nos quais o intelectual e militante estava inserido, encontrando-se não apenas uma apresentação elaborada do passado, sem influência externa.

Desse modo, me dediquei a análise historiográfica da obra de Caio Prado Júnior, buscando compreender o estudo feito pelo historiador sobre o sentido da colonização brasileira e a estrutura econômica estabelecida em dois setores básicos, partindo da observação do sistema de produção inserido no território brasileiro no período colonial, com a finalidade de atender as necessidades da metrópole portuguesa e que iria refletir nas relações sociais.

Dessa forma, organizei o estudo em dois tópicos principais: Sentido da colonização na visão de Caio Prado Júnior e Setores do orgânico e inorgânico: grande lavoura e lavoura de subsistência. No primeiro, analiso o novo viés que o historiador deu ao sentido da colonização, partindo do povoamento que se deu através dos colonos portugueses e dos seus interesses econômicos que refletem no que viria ser a formação de um Estado Nacional. No segundo momento, busco identificar, por meio do viés caiopradiano, os setores do orgânico e inorgânico,

através da observação das relações de dependência entre a lavoura de subsistência, determinada pela grande lavoura escravista, especificamente da cana-de-açúcar.

As produções históricas no Brasil oitocentista eram voltadas a atender os interesses do Estado monárquico imperial, escritas por profissionais e estudiosos de outras áreas, como da literatura, geografia, filosofia e entre outros. Esse cenário só mudaria no século XX, com a criação da primeira universidade de história na década de 1930, até então, a historiografia permaneceu como parte da história da literatura. Dessa forma, a partir da Revolução de 30, a historiografia assume uma nova orientação para o estudo do país, processo conhecido como redescobrimto do Brasil, que por meio do projeto de *José Honório Rodrigues (1913-1987)*, incentivou o conhecimento crítico da história do Brasil, por meio de uma interpretação concreta da história, afastada de objetivos estrangeiros e voltada para uma história nacional.

Sendo assim, parto de uma análise historiográfica da história econômica, inserida no campo da teoria e do método do materialismo histórico e dialético, partindo do conceito da teoria e história da historiografia. Assim, a pesquisa visa contribuir com a história da historiografia, possibilitando benefícios científicos e sociais, com a finalidade de que o leitor consiga interpretar como os aspectos econômicos que permearam o período colonial estão intimamente ligados ao sistema econômico aqui inserido, refletindo na marcante diferença social que percorre o território brasileiro.

## **2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR**

A historiografia, enquanto processo de escrita do passado, é dotada de historicidade, ocorrendo através das experiências do tempo presente do historiador, período político e posição social, refletindo na sua narrativa. Através desses aspectos, que permeiam a historiografia, as obras que antes eram escritas para relatar os fatos do passado, tornam-se elas próprias documentos de outro espaço-tempo, a serem interpretados. Dessa forma, a historiografia é um produto da história que apresenta uma espécie de prática cultural e de estrutura mental por meio de uma interpretação elaborada do passado, partindo de sua reconstrução e memorização, sendo um produto intelectual dos historiadores. Assim, “o trabalho da consciência histórica é feito em atividades culturais específicas. Eu gostaria de chamá-las práticas de narração histórica. Por meio dessas práticas a ‘historiografia’ torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana” (*RÜSEN, 1996 apud MALERBA, 2006, p. 22*).

*Blanke (2006)* aponta que *Rüsen (1983)* passa a englobar a perspectiva histórica como desenvolvimento do pensamento histórico que corresponderia a representação historiográfica. Nessa concepção, a narrativa do passado é limitada ao meio da escrita, com suas possibilidades e restrições, podendo pressupor a experiência social do historiador. Desse modo, a historiografia é a escrita da história que parte de um conjunto de textos, visando interpretar a construção identitária do coletivo, em que geralmente o historiador está inserido, refletindo na produção interpretativa do passado e do objeto de conhecimento. Portanto, há importância na revisão da fonte geradora da historiografia, pois de acordo com cada época, surgem suas próprias questões, demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar o seu passado.

*Vera Borges (1998)* assinala que referente a historiografia brasileira, em consequência ao processo de Independência, é configurado no país uma

historiografia voltada a atender os interesses do Estado monárquico imperial que se perpetuou até a década de 1920: uma história dos chamados “heróis nacionais” e da “superioridade racial”, produzida pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838. A partir da Revolução de 1930, período marcado por rupturas e planejamentos nacionalistas, a historiografia assume um novo olhar para analisar o passado do país. É o chamado redescobrimto do Brasil, que segundo *Maria da Glória e Rebeca Gontijo (2016)*, por meio do projeto de *José Honório Rodrigues (1913-1987)*, incentivou uma interpretação da história do e no Brasil, estabelecendo uma cronologia na produção historiográfica, tecendo as relações entre essa produção e as teorias da história.

Essa nova produção historiográfica, seria voltada para atender aos interesses nacionais, ou seja, produzir uma história nacional, longe dos valores estrangeiros, apresentando um pensamento efetivamente brasileiro. De acordo com *José Honório (1913-1987)*, a historiografia brasileira era um reflexo da sua própria história, integrada à sociedade de que faz parte, por meio de uma coerência econômica e ideológica. Envolvido nesse contexto, surge Caio Prado Júnior enquanto intelectual, propondo-se a pensar a origem histórica brasileira, através da obra historiográfica *A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*.

Prado Júnior, enquanto militante e intelectual, ao realizar sua interpretação das raízes mais profundas do Brasil, utilizou-se do seu viés político na incorporação do marxismo para analisar a formação econômico-social brasileira, mais precisamente, na adaptação das teorias de acordo com a realidade brasileira. Sendo assim, *Carlos Reis (2006)* destaca que o historiador se tornou um importante representante dessa linha teórica e política, aplicando o materialismo histórico e dialético de modo original, analisando o conjunto regional e as contradições sociais brasileiras, ajustando a interpretação marxista com a diversidade nacional. Dessa forma, é configurado como continuador, pois parte de que a questão nacional é explicitada por meio de processos de continuidade dos reflexos coloniais no Brasil contemporâneo, além disso para Caio Prado, o ato de “Redescobrir o Brasil” significava ver a grande massa da população brasileira.

A pesquisa caiopradiana trata o conjunto regional brasileiro, por meio das observações pessoais de viajantes que descreveram os cenários aqui encontrados no período de realização da sua obra, infundindo ao texto a narrativa visual e temporal, através dessas citações e das perspectivas pessoais do historiador, a partir dos seus estudos de geografia, sabendo integrar as formas sociais na paisagem, “o contato com os franceses dos Annales - Fernand Braudel, Arrousse Bastide, Roger Bastide, Pierre Monbeig, nos primeiros anos após a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo” (*DIAS, 1989, p. 384*). Esse contato facilitou o processo de escrita do historiador, de modo que o aproximando do concreto da diversidade do tempo e espaço, na sua elaboração marxista da história, fazendo uma ponte entre a geografia e a história social. Ao apresentar uma análise diferenciada, acabou afastando-se das interpretações sobre o país, feitas por intelectuais da época, até mesmo dos marxistas que haviam se debruçado sobre o mesmo tema. No entanto, assim como estes últimos, foi influenciado pelo nacionalismo e antiimperialismo, encontrados na III Internacional e pelo Partido Comunista Brasileiro, que possuía uma História Oficial, inspirada na visão de Lênin sobre a Rússia do início do século XX. Porém, como aponta *Lemos (2009)* sugeriu mudanças no processo interpretativo da história brasileira, procurando não realizar a utilização da maneira mecânica dos paradigmas marxistas.

Segundo *Bernardo Ricupero (1998, p.68)*, Caio Prado Jr. não é qualquer marxista da América Latina e do Brasil, mas verdadeiramente um marxista latino-americano e brasileiro, isto é, alguém que conseguiu fundir teoria marxista com realidade latino-americana e brasileira. Desse modo, como um bom marxista que se preza, o historiador aplicou o materialismo histórico, investigando as especificidades do desenvolvimento de colonização e formação social brasileira, com a finalidade de redirecionar para o encaminhamento de uma possível transformação nas relações capitalistas de produção, uma quebra com o seu passado colonial.

*Lemos (2009)* reflete que a partir da nacionalização do marxismo, Caio Prado aponta que, diferente do modo de produção feudal europeu, o Brasil não viveu a transição do feudalismo para o capitalismo, por estar inserido em um processo histórico de constituição do capitalismo moderno, marcando um contexto colonial destinado à exploração comercial. Consequentemente, gerando uma situação nacional, estabelecida através do viés capitalista. Assim, a análise caiopradiana baseou-se no concreto, ou seja, na compreensão da realidade das condições sociais que perpassam a história brasileira, buscando entender o Brasil moderno, por meio da investigação do passado, isto é, a passagem da colônia para a nação.

A partir de tal característica, Caio Prado fundamentou seu referencial teórico e histórico, relacionando a colonização do Brasil e a maneira como se desenvolveu, partindo de uma dimensão totalizadora, não de situações que ocorreram em particular no sistema colonial. Dessa forma, os primeiros indícios do sentido da colonização que o autor tece são o interesse comercial mercantil europeu, que acarretou no povoamento do território brasileiro, marcando uma distribuição geográfica desigual e refletindo um desequilíbrio de distribuição populacional e de riquezas entre o litoral e o interior, devido ao caráter agrícola, e a preferência do colono por áreas litorâneas, além do etnocentrismo encontrado nas relações entre colonizador e nativos.

O predomínio da grande exploração se funda na articulação de três elementos essenciais - grande propriedade, monocultura e trabalho escravo – para um segundo momento, de resto revelador da persistência do domínio da grande exploração, em que esses elementos parcialmente se recompõe na articulação entre grande propriedade, produção monocultura e trabalhadores não-proprietários (*RÊGO, 1998, p. 82*).

Para *Caio Prado (1961)* o processo de colonização do Brasil é responsável pela determinação da formação social. Isso ocorreu devido à influência do mercantilismo de ordem capitalista comercial que estabeleceria o meio de produção da grande exploração agrária escravista. Dessa forma, estabeleceu uma marca sociocultural da estrutura da sociedade brasileira atual, devido à exploração agrícola em larga escala, visando muitas vezes o comércio externo, com uma mão de obra assalariada ou semi-assalariada.

Antes de abordar sobre a colonização brasileira em si e as suas consequências, o autor introduz a sua linha de pensamento sobre os "sentidos" que compõem a história de uma população e, através dessa análise, direciona uma abordagem que encaminha para compreensão do sentido da colonização. Sendo assim, o "sentido" apresentado por *Caio Prado (1961)* é caracterizado por um conjunto de fatos e acontecimentos históricos essenciais que constituem um largo período de tempo.

Assim, o historiador faz uma analogia entre esse conjunto de acontecimentos com um cipó, representando os incidentes secundários que poderiam confundir-se entre si, por estarem emaranhados, mas que possuíam uma “linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida numa determinada orientação” (PRADO JR., 1961, p.8). Portanto, o fator frisado na obra caiopradiana é a importância do historiador e pesquisador em se atentar no decorrer da sua abordagem analítica de determinada população, a observação do todo que compõe a sua história, não apenas certos períodos, pois, por si só, são incompletos. Os três séculos de colonização brasileira, que foram reflexo da história do desenvolvimento do comércio e da expansão ultramarina europeia, são apenas um episódio que compõe a história do mundo moderno. Desse modo, observa-se que a colonização portuguesa não é um fato isolado, mas faz parte de um trecho incompleto dessa visão.

É a partir disso que o historiador observa e investiga a colonização brasileira, integrada do todo que compõe a sua história, destacando as indagações que devem ser feitas para compreensão da colonização portuguesa estabelecida no Brasil. Esses são “os motivos que a inspiraram e determinaram os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais” (PRADO JR., 1961, p.5). Por meio dessa interpretação dialética é possível diagnosticar o sentido da colonização. Destarte, o sentido da colonização é o elemento central e direto para a compreensão da formação da sociedade brasileira, sendo esses traços intimamente interligados a objetivos externos de que a colonização é a essência desse sentido. Segundo *Bernardo Ricupero (1998, p.71)*

A grande contribuição de Caio Prado Jr. é mostrar que se pode entender o passado brasileiro sobretudo pelo “sentido” que assumiu a colonização entre nós. Por ter compreendido esse sentido - de empreendimento comercial voltado para o mercado externo baseado na produção de gêneros tropicais em grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo.

*Caio Prado Júnior (1961)* parte de uma cuidadosa elaboração, tecendo as conexões de acontecimentos que antecederam, mas ocorriam simultaneamente, tanto na metrópole como na colônia. A expansão marítima dos países europeus ocorreu após o século XV, formada a partir de empresas comerciais, marcando o descobrimento e colonização da América. Assim, esse processo de expansão derivou do desenvolvimento do comércio continental europeu, marcado até o século XIV por uma limitada via marítima, por uma pequena navegação costeira e de rotas terrestres, conhecida como a grande rota comercial europeia que ligava por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte.

Entretanto, ainda no século XIV, surgiu o interesse de alcançar novas rotas, devido aos altos impostos cobrados pelos italianos que controlavam o comércio do Mediterrâneo. A revolução na arte da navegação e dos meios de transporte marítimos acarretou no descobrimento de uma nova rota, ligando os dois pólos do comércio europeu, através do contorno do continente pelo estreito de Gibraltar. Como frisa Caio Prado, esse foi o primeiro reflexo de transformação, deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente europeu por onde passava a antiga rota.

Geograficamente favorecido, Portugal possuiu papel pioneiro na investida ao mar para longe da sua zona costeira. Em contrapartida, Holanda, França e Inglaterra ocuparam-se em explorar a via comercial recém-descoberta que envolve o mar do ocidente europeu. Dessa maneira, os portugueses se lançaram à procura de uma

empresa que não possuísse concorrência antiga, buscando a costa ocidental da África, passando a traficar populações indígenas com os mouros e avançando pelo oceano, com a finalidade de chegar ao Oriente circulando a África e manter um contato direto com as Índias para comercializar especiarias, madeira e pedras preciosas.

No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial (*PRADO JR., 1961, p. 13*).

Logo após os portugueses, os espanhóis se lançam ao mar. Porém, diferentemente de Portugal, escolheram outra rota de navegação, partindo do Ocidente. Devido a esse novo percurso chegaram primeiro à América, seguidos pelos portugueses que também chegaram ao continente americano e depois francês, inglês, holandês, dinamarquês e sueco. Dessa forma, todos queriam tirar proveito da grande navegação oceânica, ficando de lado apenas aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneos e mal situados geograficamente, como é o caso da Itália e da Alemanha.

Assim, de acordo com *Caio Prado Júnior (1961)*, os grandes acontecimentos que foram denominados como “descobrimientos” compreendem apenas um capítulo da história do desenvolvimento do comércio europeu. Em outras palavras, a exploração da costa africana, o descobrimento da América, a ocupação e exploração que se efetivou nos seus mais diversos setores, são todos episódios de características norteadoras da imensa empresa comercial europeia, não possuindo outro viés senão esse. Além do mais, o historiador associa a imagem dos colonizadores a de traficantes, devido a abordagem realizada nas empresas das quais se beneficiaram, afastando, conseqüentemente, a ideia de povoamento que apenas se realizaria mais tarde.

A ocupação efetiva com o povoamento não se deu inicialmente, havendo apenas feitorias realizadas até aquele momento com a presença de militares para defesa, funcionários e agentes comerciais, com objetivo de mercadejar com os nativos. Além de ser um ponto de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados. Isso se deveu ao reflexo de uma população europeia que ainda se recuperava das baixas populacionais causadas pela peste bubônica, que assolou o território europeu, bem como das guerras. Ademais, era o comércio com o Oriente que os interessava, onde não lhes faltavam objetos para atividades mercantis, por isso a ocupação não foi efetiva.

Na América, o processo de ocupação desenrolou-se de modo distinto do que havia ocorrido na Índia e África, devido ao território primitivo e população indígena que não apresentavam nada de aproveitável para as atividades mercantis europeias. Destarte, a ocupação não poderia ser realizada por meio de simples feitorias, com composição de agentes comerciais, administrativos e militares, seria preciso desenvolver um povoamento apto para o abastecimento e organização de gêneros que interessassem ao comércio.

De acordo com *Caio Prado (1961)*, a ideia de povoar esses territórios surge apenas a partir dos interesses comerciais mercantis. Inicialmente, os europeus concentraram-se na extração de produtos naturais, sem visar a criação de estabelecimentos definitivos nos territórios, como foi o caso de Portugal, que passou a extrair madeira como o pau-brasil para construção e tintoriais. O processo de

extração do material foi tão intenso, que em 1530 o litoral brasileiro e o produto encontravam-se praticamente devastados. Em contrapartida, os espanhóis foram mais felizes nessa empreitada, encontrando metais preciosos nas áreas que ocuparam, resultando na ocupação efetiva espanhola na América e, apesar dos metais ocuparem um lugar de sucesso da empresa colonizadora na formação americana, fazem parte de um capítulo relativamente pequeno.

Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava [...] Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura. (PRADO JR., 1961, p. 19).

Enquanto a Espanha enchia os cofres europeus com os metais preciosos americanos, os portugueses lucravam com a extração de madeira, pois na Europa o produto alcançava altos preços, utilizando-se da mão de obra indígena para o corte das árvores, pagando através do escambo, ou seja, por meio de utensílios que possuíam pouco valor para os colonizadores. Esse modo distinto de exploração portuguesa deveu-se ao cenário encontrado no território brasileiro, ao se depararem com uma população nativa de costumes e culturas diferentes das encontradas pelos espanhóis no México e nos países andinos.

Dessa forma, o indígena brasileiro com seu hábito nômade ou seminômade, que vivia da caça, pesca e colheita para sobrevivência, foi determinante para o modo como os portugueses iriam intervir na ocupação e exploração do território. Assim, essa característica dos nativos brasileiros, ao mesmo passo que se tornou importante para conquista da área, principalmente do litoral, tornou-se um entrave no processo de expansão para o interior e no desenvolvimento da produção de gêneros.

A princípio, na maior extensão territorial da América, os europeus voltaram-se para o aproveitamento dos recursos naturais como madeira, peles e pesca. Sendo assim, o processo de ocupação, seus progressos e flutuações, ficaram dependentes do sucesso dessas atividades. Porém, mais tarde, seriam substituídos por uma base econômica mais sólida: a agricultura. Além do mais, a fertilidade encontrada no território americano, se tornou um propulsor para o cultivo de gênero tropical para suprir a demanda que a Europa possuía em produtos tropicais em grande quantidade e com preços acessíveis.

Esse processo, desde suas origens, se caracteriza pelos seus objetivos fundamentalmente mercantis. Isto é, a estruturação de um processo produtivo agrário que rapidamente viesse atender as demandas por matérias-primas do mercado europeu [...] Aqueles elementos componentes da grande exploração rural trazem subjacentes o sentido originário dessa ocupação: o interesse comercial (RÊGO, 1998, p. 82).

É a partir dessa percepção que *Caio Prado (1961)* apresenta uma distinção entre os modos de colonização que foram estabelecidas no território americano, denominadas como colônias de povoamento e de exploração. Essa classificação foi estabelecida por meio de elementos e características históricas que integram cada uma das formações sociais. Estas se distribuíram no continente, apresentando a tese do autor de que a colonização dos trópicos possuía um sentido e que assim tinham objetivos primários e correspondências históricas distintas das zonas temperadas. Em contraponto com a tese caiopradiana, *Dornelles (2021)* apresenta

que o historiador Leandro Karnal (1990) para analisar as distinções entre as Américas, buscou fatores geográficos e culturais.

Segundo *Karnal (1990)*, na América tropical houve uma maior preocupação das suas metrópoles em ampliar seu campo de atuação, organizando um projeto de ocupação mais metódico e preparado que o desenvolvido na América temperada. Sendo assim, o subdesenvolvimento da América ibérica estava interligado a uma opção cultural, já que na América do Sul no século XVII possuía um sistema de ensino. Outro aspecto destacado pelo historiador foi que além dos aventureiros dirigidos para áreas tropicais, pessoas ilustres da metrópole também embarcaram para essa parte do continente. Em contrapartida, na América temperada como aponta *Karnal (1990)*, isso não aconteceu, argumentando que na verdade as colônias do norte possuíam uma desorganização, distribuídas em pequenas aldeias marcadas por conflitos com os indígenas da região. Ademais, defende a ideia de que tanto na América ibérica como na inglesa houveram objetivos de povoamento e exploração.

Na tese apresentada por *Caio Prado (1961)*, as colônias de povoamento encontradas nas zonas temperadas da América, mais precisamente na Nova Inglaterra, eram áreas de condições naturais equivalentes às da Europa. O processo de povoamento iniciou após o século XVII, em decorrência das circunstâncias específicas que a Inglaterra se encontrava naquele período, marcada por processos econômicos e político-religiosos, fazendo com que grupos religiosos desviasse sua atenção para a América, com o intuito de encontrar abrigo e paz para praticar suas convicções. Em relação ao fator econômico, o país atravessava um processo de privatização das terras, mais conhecido como cercamentos e expulsão dos camponeses, que passaram a se deslocar para as cidades e continente americano.

Desse modo, o processo de colonização da zona temperada não estava vinculado aos interesses comerciais europeus, mas como cita *Caio Prado (1961, p.21)*, “o que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas”. Em contrapartida, a colonização da América tropical e subtropical, acaba apresentando outro rumo. Nesse primeiro momento, o clima, a fauna e a flora eram tão diferentes do que os europeus estavam acostumados, o que resultou no distanciamento da ideia de ocupação.

Entretanto, o que anteriormente era um empecilho para o povoamento das terras, tornou-se um forte atrativo para os colonos sedentos por lucro, em razão da obtenção de gêneros tropicais, produzidos em larga e a preços baixos, como por exemplo, pimenta, açúcar, tabaco, anil e algodão que os países europeus careceriam. É a partir desses aspectos que a colonização se organizou, com a finalidade de atender os interesses comerciais mercantis europeus, instaurando-se na América tropical a grande propriedade destinada à exploração comercial. Conforme apresenta *Caio Prado (1961, p. 22)*, “a América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos”.

Com esse objetivo, a ocupação dos trópicos foi estimulada, por meio de uma organização produtora de gêneros tropicais, para atender a demanda do mercado central europeu, dentro do capitalismo comercial, com base na acumulação primitiva. No entanto, os europeus não se deslocaram para essa área com a intenção de gastar a sua energia com trabalho físico, mas sim como dirigentes e grandes proprietários rurais da produção de gêneros com alto valor comercial. De

acordo com a análise caiopradiana, nas colônias tropicais, inclusive no Brasil, não foi estudada a possibilidade da força de trabalho a partir do homem branco.

Além disso, Portugal não contava com uma população suficiente para abastecer o território com mão de obra. O que, por conseguinte, forma uma grande empresa agrária dependente do trabalho escravo, fazendo dos portugueses os pioneiros nesse processo de utilização da mão de obra indígena e, posteriormente, de negros africanos, estabelecendo a formação das relações sociais. Diferenciando-se da zona temperada, em que o colonizador se dirigiu para a América como pequeno proprietário de terra, trabalhando no seu próprio terreno, em conjunto com a família e que apenas adotariam a escravidão, quase um século mais tarde.

Dessa maneira, o autor apresenta as distinções entre os modelos de colonização que foram estabelecidas no território americano. No caso em particular da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, conservou-se um caráter mercantil de ordem capitalista, em que prevalecia o trabalho escravo, e o colono branco como principal empresário da produção exportadora de mercadorias tropicais, passando a ditar as relações sociais, políticas e econômicas nos territórios tropicais, refletindo no que seria a formação nacional

É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômico como social, da formação e evolução históricos dos trópicos americanos (PRADO JR., 1961, p. 25).

O processo de colonização do Brasil não foi diferente das outras regiões tropicais, resultados do capitalismo comercial. A essência da formação colonial teve como papel principal o fornecimento de produtos tropicais que a Europa carecia. Produzidos em grandes propriedades territoriais e em larga escala, localizados principalmente no litoral, por meio da utilização do trabalho escravo, inicialmente indígena e futuramente substituído pelo africano. É a partir desses objetivos, voltados para o exterior, que se organiza a sociedade e economia brasileira, moldadas através da relação entre Metrópole e Colônia, gerando os setores do orgânico e inorgânico, marcando a nossa trajetória nacional, ditada por traços essenciais da colonização.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, o “sentido” da colonização brasileira, apresentado por Caio Prado, é a de uma empresa destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais e minerais, subordinando a economia completamente para tal fim, possuindo uma monocultura dependente do trabalho escravo como elemento fundamental. Mediante a interpretação dessas características, o autor apresenta a formação brasileira, constituída a partir da solidificação da empresa comercial agrária voltada para a exportação, resultando consequentemente na base estrutural

socioeconômica, marcada por uma distribuição geográfica desigual, refletindo no desequilíbrio da distribuição populacional e de riquezas, entre o litoral e o interior.

Portanto, a colonização do Brasil é apenas um dos capítulos da história do desenvolvimento do comércio europeu e da expansão ultramarina europeia. Sendo assim, o processo colonial brasileiro é o resultado de objetivos fundamentalmente mercantis, destinado ao fornecimento de gêneros tropicais em grande quantidade e a preços acessíveis que o comércio europeu demandava. Produzidos em grandes propriedades territoriais e em larga escala, localizados principalmente no litoral, por meio da utilização do trabalho escravo, inicialmente indígena e futuramente substituído pelo africano. Destarte, é esse o sentido de que colonização brasileira é o elemento central, espelhando na formação e organização socioeconômica brasileira.

### **3 SETORES DO ORGÂNICO E INORGÂNICO: GRANDE-LAVOURA E LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA**

A economia colonial brasileira foi submetida a atender inteiramente ao comércio externo, com o fornecimento agrícola de produtos de gêneros tropicais e minerais. A partir desses aspectos, a colônia passou a funcionar, organizada para produzir e exportar essas mercadorias. Dessa forma, a grande exploração agrária, foi o resultado de um conjunto de fatores que a determina. Entre esses se encontram a expansão do capital comercial e a busca da Europa por especiarias e produtos tropicais a preços acessíveis.

A partir desses aspectos, a empresa comercial colonial foi configurada através da exploração agrícola em larga escala, apresentando como principal elemento a grande propriedade escravista, e que assim determinou a estrutura agrária do Brasil. Segundo Caio Prado, "complete-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo" (PRADO JR., 1961, p. 117). Esses aspectos centrais, apontados pelo historiador, foram responsáveis por compor a formação do setor orgânico da economia brasileira, devido ao seu caráter mais estável, ditando os traços essenciais da evolução colonial.

São essas circunstâncias que constituem a economia brasileira, resultando conseqüentemente na base estrutural socioeconômica e na divisão geográfica do país. Assim, como aponta o autor, a grande propriedade no território brasileiro, ocorreu de maneira distinta dos países europeus, que se realizou por arrendamento e aforamento, enquanto aqui, a vasta extensão de terras foi responsável por caracterizar a exploração em larga escala, por meio da divisão social do trabalho, possuindo como base a propriedade privada dos meios de produção. É através dessas observações que Caio Prado apresenta o Brasil como uma resultante do processo histórico de constituição do capitalismo moderno.

As plantações, que foram, desde seu nascimento, especulação comercial, centros de produção para o mercado mundial - existe um modo de produção capitalista se bem que somente de maneira formal, dado que a escravidão entre negros exclui o assalariado livre, que é a base sobre a qual a produção capitalista repousa. Entretanto, os que se dedicam ao comércio de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzidos por eles não se origina na escravidão, senão que é introduzido dentro dela. Neste caso, o capitalista e o senhor são a mesma pessoa (MARX, 1944 apud COLOMBINI, 2019, p. 49).

A partir do século XVIII, a mineração, em conjunto com a agricultura, fez parte de uma das grandes atividades coloniais. Porém, exerceu uma organização distinta da encontrada na agricultura, por não possuir uma forma orgânica e estável. Apesar desse aspecto, desenvolveu uma exploração predominantemente em grandes unidades, trabalhadas por escravos ou pelos chamados fiscadores individuais. Estes últimos receberam uma importância considerável no Brasil, pertencendo a um resultado da decadência social e econômica das minas.

O terceiro setor que compunha as grandes atividades fundamentais da economia colonial brasileira é o extrativismo, encontrado quase exclusivamente no vale do Amazonas e, assim como nas áreas mineradoras, manifestou uma organização diferente, por não possuir como base a propriedade territorial. Desse modo, a colheita dos produtos denominados como as drogas do sertão não se deram em áreas determinadas ou exclusivas das empresas, e os coletores possuíam liberdade de deslocamento para onde lhes convinha. Além do mais, não é uma atividade permanente, devido às estações de colheita e flutuações do interesse do mercado externo.

Trata-se em suma de uma exploração primitiva e rudimentar, um primeiro esboço de organização econômica que não será ultrapassada até o fim da era colonial. Mas afora isto, a extração não se distingue, na organização do seu trabalho e estruturação econômica, dos demais setores da atividade colonial. Encontra-se ainda aí o empresário, embora não seja proprietário fundiário como o fazendeiro e o minerador, mas que dirige e explora, como estes, uma numerosa mão-de-obra que trabalha para ele e sob suas ordens (PRADO JR., 1961, p.118).

Além desses setores que constituíram as atividades fundamentais da economia colonial, Caio Prado evidencia as categorias de segunda ordem, que compreendiam um papel de subsidiário, como é o exemplo da pecuária e agricultura de subsistência. Por não pertencerem à grande exploração. Nessa concepção, as atividades produtoras que surgiram à parte dos interesses econômicos europeus foram destinadas a amparar e tornar possível a realização da grande empresa agrícola, possuindo um papel subsidiário ao processo de produção dos gêneros que eram à base das atividades econômicas coloniais.

Para o historiador essas categorias, que pertencem a uma segunda ordem, compunham o que se considera como a fração inorgânica da economia, por justamente não se adequar ao sentido da colonização, ou seja, a grande exploração ou produção voltada para o exterior. Dessa forma, mediante esses fatores, os sistemas do trabalho e da propriedade se estruturaram, concentrando uma extrema riqueza nas mãos dos empresários, caracterizando a economia colonial. Em contrapartida, parte da população que era composta por escravos e homens livres era desprovida inteiramente de qualquer bem, vivendo em um nível material ínfimo. Assim, “o que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material e em consequência moral, que era o seu, não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país” (PRADO JR., 1961, p. 119).

Essa organização fundamental não sofreria mudanças significativas nos três primeiros séculos da colonização. Porém, o autor, como um brilhante marxista, buscou identificar as modificações ocorridas nas variações das formações sociais coloniais e as consequências geradas. Como escreve *Maria Odila (1989)*, Caio Prado demonstra atenção ao descrever as tensões e as forças em movimentação nos processos de contradição que se expressavam em temporalidades específicas, conjunturais.

Essas pequenas mudanças, foram detectadas pelo autor no decorrer do crescimento populacional colonial que constituiu um fator de transformação, determinando o estabelecimento e desenvolvimento de um mercado interno. Tendo como resultado um setor econômico nacional, ou seja, não apresentava exclusividade para a exportação, mas para atender as necessidades do país, passando a ganhar certa importância, saindo de um ângulo subsidiário de pouca expressão na economia brasileira para um setor independente.

Em substância, nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa), à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas mas ainda não fundidas na sociedade colonial (PRADO JR., 1961, p. 120).

Desse modo, a organização socioeconômica e o processo de povoamento do território brasileiro foram submetidos aos objetivos estrangeiros, além de gerar uma relação de dependência ao sistema econômico e financeiro internacional. A penetração do capital internacional, que fez parte do processo do sistema colonial, negava a abertura para a ocupação de atividades que não estivessem no interesse do comércio metropolitano, permitindo com certas exceções, a produção de alguns gêneros necessários para subsistência e que não estivessem aptos para exportação.

Assim, o Brasil foi restringido à categoria de grande propriedade produtora de gêneros de grande valor comercial, destinados ao comércio internacional, cujo sistema era guiado pelo capitalismo formal, condicionando a formação e evolução econômica brasileira, que se perpetuariam, mesmo após a Independência. O que, conseqüentemente, resultou em uma evolução econômica cíclica, devido ao caráter puramente produtor tropical para o comércio europeu. Essa evolução cíclica seria “tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estreitamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total” (PRADO JR., 1961, p. 121).

Tal processo cíclico provocou modificações tanto no cenário do processo de povoamento brasileiro, como nas áreas exploradas. Dessa forma, a evolução econômica foi constituída em bases precárias, por não ter constituído uma infraestrutura própria, ou seja, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para o desenvolvimento da subsistência, com a finalidade da população ter como se apoiar e manter. No entanto, a população brasileira não possuía outro papel senão ser um elemento impulsionador, direcionado a manter o funcionamento em benefício exclusivamente da metrópole, realizado através da produção e exploração de gêneros tropicais. Segundo *Caio Prado (1961, p. 122)*

Povoa-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos, e trabalhadores escravos - verdadeira turma de trabalho -; desbrava-se o solo e instala-se nêle o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção.

A grande lavoura é um forte exemplo dessa evolução cíclica, marcada por ciclos de prosperidade e estagnação, por sua função de atender as necessidades do comércio internacional. Portanto, a produção se adequa aos períodos favoráveis de comercialização externa, impulsionando o funcionamento da empresa em

circunstâncias momentâneas. Porém, com o declínio do produto que antes estava em ascensão ou esgotamento dos recursos naturais disponíveis, o processo de produção entra em decadência, tornando impossível a continuidade da instalação dos habitantes. Destarte, a análise caiopradiana, em relação aos pormenores da história econômica da colônia, aponta consequências prejudiciais para sociedade brasileira.

Em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar fora da ordem social. Afluem então para o interior levas e levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros escravos trazidos da África. Muitos, porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente desta sangria de gente e cabedais. É este um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data (PRADO JR., 1961, p. 284).

A escravidão, enquanto organização do trabalho, também sofreu reflexos do processo cíclico encontrado na colônia, assumindo características distintas, conforme as épocas e regiões, apresentando aspectos mais brutais em regiões recém-povoadas e mais brandas nas áreas onde a exploração encontrava-se menos intensa, marcando um período de crise ou estagnação. O mesmo se aplica em relação ao patriarcalismo, que adotou posturas díspares, de acordo com as especificidades regionais da grande lavoura, manifestando uma hierarquização mais visível em áreas com maior desigualdade social.

Levando em consideração essas informações, a investigação caiopradiana buscou analisar o procedimento que daria sentido à grande lavoura, enquanto atividade fundamental da colônia responsável pela estruturação e organização da economia. Além de representar uma delimitação espacial da unidade produtora, causou reflexos no desenvolvimento das relações sociais, marcadas por uma dependência interna, de acordo com as especificidades regionais. Assim, a penetração do capital internacional subordina o processo de nacionalidade ao de produção externa. Porém, como crescimento populacional se constituiu um mercado interno, no entendimento de Caio Prado, é através desse setor inorgânico, que se encaminhará para uma verdadeira nação.

Portanto, mediante a sua fundamentação teórica na tese marxista das relações de produção que compõem as classes sociais e da interpretação totalizadora sobre o processo de exploração da grande empresa agrária, ressalta as contradições entre a produção voltada para atender necessidades externas e o consumo da maior parte da população colonial. Apresenta uma visão original da formação social brasileira, baseada na concepção do setor orgânico e inorgânico. Ao identificar e sistematizar a configuração desses dois setores revela as contradições específicas do desenvolvimento capitalista no território brasileiro que resultam nas desigualdades sociais.

O setor orgânico corresponderia a grande lavoura escravista, enquanto fator econômico estável e atividade fundamental que determinou o “sentido da colonização”, gerando consequências sobre outros aspectos da vida na colônia, como é o caso da concentração de riqueza nas mãos de poucos, acentuando a disparidade social da maior parte da população que não compunha esse sistema de produção. Nesse setor, a escravidão foi constituída como base da produção,

conforme aponta *Bernardo Ricupero (2007)*, o historiador entra em concordância com o argumento de *Alberto Torres (s.d.)*, de que na colônia o único episódio organizado era o da escravidão, distribuído entre divisão sexual do trabalho, sexualidade e reprodução.

Como dito anteriormente, a agricultura é a atividade fundamental da economia colonial, desenvolvida através da produção de gêneros de grande valor comercial, promovendo a ocupação e exploração de boa parte do território brasileiro, com a finalidade de atender o mercado internacional. Esse último, por sua vez, estimula a movimentação das atividades agrárias da colônia, em decorrência do crescimento populacional europeu no século XVIII. Ao lado dessa circunstância, houve o aperfeiçoamento das atividades econômicas e das relações comerciais, em detrimento da Revolução Industrial.

Esses acontecimentos refletiram profundamente nas colônias, em específico na valorização dos produtos e ampliação dos mercados. Para os países da Europa nesse período, o comércio colonial ganha uma grande importância, marcando momentos de tensão entre as potências, acarretando em guerras ultramarinas, dificultando o fornecimento desses produtos que eram tão importantes para o comércio europeu. Portugal é um dos países que menos se envolveu em conflitos, mantendo certa neutralidade e se beneficiando. Em contrapartida, os demais produtores de gêneros tropicais, acabaram sendo atingidos, por suas respectivas metrópoles estarem em guerra.

A neutralidade portuguesa se estendia sobre o Brasil e seu comércio. Podia êle, em paz, desenvolver suas riquezas e vender sem empecilhos seus produtos. Mas não é só: nos últimos anos seus principais concorrentes ainda sofrem golpes mais profundos que a guerra. São as agitações políticas e sociais que transformam a vida das colônias inglesas e francesas das Antilhas, sobretudo o grande colapso de S. Domingos em 1792 (PRADO JR., 1961, p. 125).

Diante desses fatores, o Brasil, em relação ao comércio dos produtos tropicais, acaba ficando em uma posição privilegiada. Outro fator em específico que estimula a agricultura brasileira na segunda metade do século é o algodão, que se tornaria a principal matéria-prima industrial, devido ao desenvolvimento dos processos técnicos daquele período. Além desses tópicos, que contribuíram para o grande progresso da agricultura no século XVIII, fatores internos também apresentaram um papel determinante. Com o declínio da mineração, as atenções retornaram para as atividades agrícolas, especificamente para a empresa açucareira.

Com o renascimento da agricultura, os núcleos que se encontravam no interior, em razão da breve ascensão da mineração, retornaram para o litoral, onde a produção dos gêneros tropicais, principalmente do açúcar, prosperava devido às condições climáticas e à qualidade dos solos. Além disso, os portos de embarque e exportação se encontravam nessas áreas. De acordo com Caio Prado, esse estabelecimento próximo aos portos, deu-se devido ao intuito de não ter despesas com o transporte, além do já existente com a produção.

O desenvolvimento da produção agrícola desse período é mais quantitativo do que qualitativo, por não haver um aperfeiçoamento técnico do solo, marcado por processos rudimentares, preservando a “queimada” copiada dos indígenas, limpeza dos solos para o cultivo das plantações. Nos últimos anos do século XVIII, buscou-se cessar com essa prática, tendo o objetivo de fornecimento de madeira

para a Marinha Real e consumo da lenha, sobretudo nos engenhos de açúcar como combustível, o que não retardou o desmatamento do território, além de aumentar o percurso para a obtenção de madeira e no momento que os recursos naturais eram esgotados, os engenhos eram abandonados.

Conforme a pesquisa caiopradiana, não existia um interesse e informação para o melhoramento do solo. O objetivo era o aproveitamento máximo e momentâneo do território. A separação entre a agricultura e pecuária privou o solo de receber o único fertilizante que poderia ter o estrume dos animais. Outro aspecto é o descarte da bagaceira, que poderia ser usada como combustível ou adubo. Por esses motivos inicialmente citados, a prática da irrigação, drenagem e outras medidas de regularização da distribuição da água para agricultura eram desconhecidas na colônia. Esse problema se estendia na escolha e seleção da variedade dos produtos produzidos, como é o exemplo da cana-de-açúcar, que desde o início da colônia até o século XIX era cultivada. Só anos mais tarde, passaria a ser utilizada outra variedade mais resistente.

As indústrias agrícolas encontram-se fixadas no mesmo cenário: a falta de modificação nos engenhos. É perpetuada até o mesmo período que “a moagem se fazia ainda em aparelhos antiquados, de baixo rendimento, apesar dos progressos da técnica neste assunto, e que já tinham sido substituídos, fazia muito, em outros lugares” (PRADO JR., 1961, p. 132). Dessa forma, as moendas aqui encontradas em maior número, possuem como força motriz a mão de obra livre e escrava, além de contar com o esforço dos animais. As que utilizam da energia hidráulica que exercem um rendimento quase dobrado são pouco difundidas na colônia.

Contudo, o baixo nível técnico encontrado no território brasileiro não é de única responsabilidade do colono, estava no próprio sistema aqui inserido, sobretudo do regime político e administrativo. Se por um lado a metrópole portuguesa buscava isolar o Brasil, afastando do exterior e mantendo em um nível educacional abaixo do Reino, em contrapartida, não desenvolveu nenhuma medida para suprir essa falta. O principal objetivo da metrópole portuguesa era a produção agrícola. O capital investido era direcionado para tal fim. Assim, a grande exploração era executada por processos técnicos desqualificados,

Se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigiria reformas profundas, econômicas e quicá sociais (PRADO JR., 1961, p. 136)

Desse modo, as grandes lavouras têm como traço principal, a exploração em larga escala e como dito anteriormente, o processo de produção é mais quantitativo do que qualitativo. Assim, a unidade produtora conta com áreas extensas e numerosos trabalhadores, com divisão organizada do trabalho escravo, inclusive, por especialidades. Segundo Caio Prado, essa estrutura especificamente poderia ser encontrada nas lavouras de açúcar, onde era formada uma organização fabril, por possuir um conjunto de máquinas e aparelhos, além de apresentar atividades com base no trabalho coletivo.

Como analisa o autor, é nessa organização que se estabeleceu a estrutura da lavoura brasileira, resultando na formação do Brasil e no conjunto que compõe as relações sociais, ou seja, o modo como a população foi distribuída em classes e posições hierárquicas. A fabricação e exploração desses gêneros tropicais pertenciam a um agrupamento comercial de acumulação primitiva que manifestava uma lógica capital, através da utilização direta da força nas relações comerciais e

trabalhistas. Esses aspectos, em conjunto com o trabalho escravo, são os elementos fundamentais e comuns na grande empresa agrária brasileira, mais acentuadas em algumas áreas, como é o caso das lavouras canavieiras, e brandas em outras. Mas que integram os traços específicos do conjunto.

A produção da cana-de-açúcar foi pioneira na exploração dos gêneros tropicais nas grandes empresas comerciais e de importante contribuição para a instalação portuguesa no território brasileiro, incentivando o povoamento, tornando-se a principal fonte de riquezas da colônia. Caio Prado afirma, na sua obra, que esse gênero representa seu principal esteio econômico. A distribuição geográfica da fabricação deste produto encontrava-se distribuída por todo o litoral e interior brasileiro, com exceção das regiões semiáridas do Nordeste. Os grandes centros produtores eram localizados especificamente no litoral, constituindo a grande lavoura açucareira. No caso das regiões interioranas, há uma pequena produção local de açúcar, que é pouco aproveitada. Mas para extração dos seus substratos, correspondendo a uma pequena expressão econômica canavieira.

O litoral nordeste, da Paraíba e Sergipe, e os contornos do Recôncavo baiano, formam as duas áreas mais importantes e mais antigas. Naquele, as plantações de cana e os engenhos se condensam no baixo curso destes pequenos rios que, todos paralelos, se sucedem de norte a sul, desde o Mamanguape, na Paraíba, multiplicando-se consideravelmente em Pernambuco, até o rio Real, em Sergipe. Cursos d'água que serviram de vias de penetração, comunicação e transporte dos produtos; os fertilizadores do "massapê" em que a cana se encontra tão à vontade (PRADO JR., 1961, p. 125).

Os modos de organização da lavoura canavieira manifestavam traços parecidos nas áreas produtoras, em que o elemento central era o engenho, ou seja, a fábrica propriamente para manipulação da cana e preparo do açúcar. Conforme *Caio Prado (1981, p.23)*, "o nome de 'engenho' estendeu-se depois da fábrica para o conjunto da propriedade com suas terras e culturas: 'engenho' e 'propriedade canavieira' se tornaram sinônimos". Embora essas áreas se encontrassem exploradas diretamente pelo proprietário, existiam casos que terras eram cedidas para lavradores que realizavam a produção da cana por conta própria. Porém, tinham como obrigação moer sua produção no engenho do proprietário, essas são as denominadas fazendas obrigadas.

Além dos lavradores já mencionados, o historiador aponta a existência de agricultores livres, proprietários das terras que ocupam, moendo sua cana nesses engenhos, recebendo a meação integral. O historiador acrescenta na sua obra que esses lavradores mencionados não são pequenos produtores, apesar das suas lavouras pertencerem a terras próprias ou arrendadas, mas compõe as grandes unidades e são senhores de escravos, possuindo a mesma posição social dos senhores de engenho. A razão de nem todas as propriedades possuírem engenho é pelos altos custos das instalações necessárias para manter o seu funcionamento. "O engenho é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade" (PRADO JR., 1961, p. 141).

Portanto, a grande lavoura produtora de gêneros tropicais, destinada a atender ao comércio exterior, representa a base fundamental da economia colonial. O objetivo da exploração em larga escala era o aproveitamento máximo e momentâneo do território, intercalado entre os procedimentos mais rudimentares e modernos encontrados no sistema agrícola brasileiro. Dessa forma, dispunha um forte traço da produção agrícola marcada por um sistema organizado do trabalho

escravo, concentração da propriedade fundiária privada e de riqueza, compondo o setor orgânico da economia colonial brasileira.

No caso do setor inorgânico, encontravam-se as atividades voltadas para o mercado interno, pertencendo às categorias de segunda ordem que compreendiam um papel subsidiário, como é o exemplo da pecuária e agricultura de subsistência, por não pertencerem à grande exploração. Ademais, esses produtos destinados ao próprio consumo da população colonial são produzidos no mesmo território da grande lavoura, destinados a amparar e tornar possível a realização da grande empresa agrícola.

A organização e distribuição da agricultura de subsistência podem ser encontradas primeiramente nos domínios da grande lavoura, nos mesmos terrenos dedicados às culturas principais ou em terras à parte, mas direcionadas unicamente para atender as fazendas e os engenhos. Praticam a sua agricultura de subsistência de forma autônoma, com a finalidade de fabricar produtos para o próprio consumo dos que habitam e trabalham nos engenhos, uma parte é realizada por responsabilidade do proprietário, que utiliza os escravos que trabalham na lavoura central, mas não estão constantemente ocupados nelas, a outra, fica por conta dos próprios escravos, aos quais o senhor concede um dia da semana para cuidarem das suas roças.

Nas fazendas de gado no sertão nordestino também pode ser encontrado um sistema agrícola de subsistência autônomo dos seus empregados. Nesse caso, as plantações se distribuem nas várzeas dos rios, único lugar propício para a plantação de gêneros alimentares nas regiões semiáridas. Desse modo, a pesquisa caiopradiana, assinala que a população rural, representante da maior parcela colonial, ocupada nas grandes lavouras e fazendas de gado, abastece suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares subsidiárias, sem precisar recorrer para fora.

Por outro lado, as áreas urbanas da colônia, por mais que em parte sejam abastecidas com os excessos produzidos nas grandes lavouras, acabam procurando ajuda externa. Isso ocorre nos momentos de aumento dos preços dos produtos exportáveis, estimulando a produção desses gêneros favoráveis para comercialização internacional, enquanto os alimentares ficam abandonados, levando até mesmo os grandes domínios a pedir ajuda de fora para o seu abastecimento. São esses cenários vividos no período que estimulam a formação das lavouras especializadas, dedicadas unicamente à produção de alimentos, desenvolvendo uma exploração rural distinta e separada das grandes lavouras.

A organização dessas lavouras especializadas pode ser variada, indo desde grandes terrenos, aproximando-se das grandes empresas agrárias, caso menos frequente, até propriedades menores, como por exemplo, chácaras, sítios ou roças, onde as terras são trabalhadas pelo proprietário ou dos simples ocupantes, não havendo escravos ou assalariados. De acordo com Caio Prado, é preciso distinguir o proprietário do mero ocupante. Este último ocorre em forma de agregado, sendo um trabalhador rural a quem o proprietário cede o direito de se estabelecer e explorar uma parte não aproveitada do domínio, em troca apenas de uma vassalagem.

Diante dessas características, apesar das lavouras de subsistência serem constituídas a par das grandes explorações, se destinaram à produção especializada de gêneros alimentares para o consumo interno de culturas próprias. Por mais que a lavoura de subsistência fosse um setor importante dentro da colônia, pertencia a segunda ordem da economia, dependendo exclusivamente da grande

lavoura, resultando no baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária.

Pelo destino dado aos produtos desta pobre agricultura de subsistência, podemos prever a sua localização. Ela será naturalmente e de preferência nas proximidades dos grandes centros urbanos a que particularmente serve. É assim que na Bahia dissemina-se pelos contornos do Recôncavo, entremeando os engenhos de açúcar e plantações de tabaco. Contentando-se com solos inferiores ou cansados, inaproveitáveis para cana e a grande lavoura em geral, as culturas alimentares encontram nesta região algumas sobras de terras vantajosas pelo fato de se situarem próximas a um grande mercado para seus produtos (PRADO JR., 1961, p. 154).

As regiões em que eram encontradas as grandes cidades são resultados dos centros das grandes lavouras, única atividade da colônia capaz de reunir um conjunto considerável de pessoas. Segundo Caio Prado, além das concentrações de lavouras de subsistência serem encontradas nos centros urbanos, são formadas outras mais afastadas desses últimos, embora suas tributárias. Assim, as terras próximas aos centros urbanos são destinadas para as grandes empresas agrárias, quase não sobrando espaço para as culturas alimentares, fazendo com que a agricultura de subsistência fosse realizada longe das cidades, geralmente em áreas que não favorecem o desenvolvimento da grande lavoura, mas aceitáveis para atividades de segunda ordem. Ao pertencer a um papel secundário na economia colonial e de nível baixo, acaba apresentando uma espontânea seleção social, econômica e moral. A população que se estabelece nas atividades de subsistência compõe geralmente a parte marginalizada da colônia, por não encontrarem lugar nas zonas urbanas.

Esse tipo de agricultura de subsistência autônoma, separada dos domínios da grande lavoura e especializada no seu próprio ramo, é encontrada em Minas Gerais. Por ter como principal atividade econômica a mineração, apesar de se encontrar em decadência no início do século XIX, a população se concentrava na extração do ouro e diamantes. No entanto, ao contrário da grande lavoura, permite a dedicação simultânea da mineração e das culturas alimentares de subsistência, constituindo uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local.

Desenvolvido tão acentuado que chegou a causar alarmes na administração metropolitana e seus delegados, que fascinados pelo metal e pelas pedras que começavam a escassear, viam nesta atividade agrícola uma das causas do declínio da mineração e dos rendimentos do sacrossanto Real Erário (PRADO JR., 1961, p. 156).

Outras áreas que as agriculturas de subsistência encontram condições favoráveis são ao longo das vias de comunicação, onde há uma frequente movimentação por tropas de bestas que realizam o transporte por terra na colônia e pelas boiadas que saem do interior em direção ao litoral para atender as demandas do mercado. Em relação à primeira citada, são as que mais se destacam, por ser preciso abastecer as tropas durante a viagem, alimentar os condutores e os animais. O trânsito nessas vias por essas tropas é considerável e o consumo de gêneros alimentares é tão intenso que se constitui um negócio lucrativo. Sendo assim, os fornecedores de alimentos desenvolveram técnicas para atrair mais viajantes, deixando à disposição mantimentos e pasto para os animais.

O papel secundário ao qual a agricultura de subsistência foi direcionada dentro da economia, resultou em um problema sério que a população colonial teve que enfrentar a fome. Nos núcleos de povoamento mais densos a presença de crises alimentares é frequente. Esse fato se torna mais evidente quando os processos dos produtos exportadores da grande lavoura atingem altos preços. Com isso, a atenção é totalmente direcionada para ela. Em contrapartida, as atividades voltadas para a alimentação dos indivíduos que constituíam esses centros eram abandonadas. Dessa forma, Caio Prado aponta de modo crítico, a contradição encontrada na colônia nesse contexto, marcada por momentos de prosperidade, devido aos altos preços dos produtos da grande empresa agrária, por outro lado, miséria e fome assolavam a população.

Diante do cenário encontrado, a legislação da colônia procurou superar tal problema, organizando duas leis, como analisa a obra caiopradiana. O alvará de 25 de fevereiro de 1688 ordenava que os lavradores de cana plantassem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço, e o de 27 de fevereiro de 1701 determinava que os donos de embarcações ocupados com o tráfico africano possuíssem disponíveis roças próprias para a plantação de mandioca, suficientes para os escravos e tripulantes. Ambas foram reforçadas em 1767 pela Previsão Régia. Porém, os lavradores esquivam-se das medidas aplicadas, por ter “diante de si as perspectivas de altos preços do açúcar, e gordos negócios em vista” (PRADO JR., 1961, p. 158).

É, portanto, essa organização estabelecida nas lavouras de subsistência da colônia, destinada a amparar e tornar possível a realização da grande empresa agrícola, subsidiária ao processo de produção de gêneros exportáveis, pertencendo às categorias de segunda ordem dentro da base econômica do país. Para o historiador, compunham o que considera como a fração inorgânica da economia, por justamente não se adequar ao sentido da colonização, ou seja, a grande exploração ou produção voltada para o exterior, mas voltadas para o mercado interno, com a finalidade de atender às necessidades básicas da população. Desse modo, seria a partir do setor inorgânico para se construir uma nação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho busquei contribuir para a historiografia, através da análise da obra de Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, considerada como um documento histórico, produto de determinado período político e que espelhava a posição social do historiador da época em que a obra foi escrita, refletida na narrativa do autor. As obras, que antes eram destinadas à interpretação do passado, tornam-se elas próprias os documentos de outro espaço-temporal a serem interpretados. Dessa forma, a escrita da história parte de um conjunto de textos que busca analisar a construção identitária do coletivo, em que geralmente o historiador está inserido, refletindo na produção interpretativa do passado e do objeto de conhecimento. Portanto, a obra historiográfica, por ser produto intelectual e prática cultural dos historiadores, é um importante objeto de pesquisa e fonte histórica.

Foi de acordo com esses aspectos historiográficos que me propus analisar a obra de Caio Prado Júnior, *A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, em que o historiador buscou compreender as origens históricas do Brasil, rompendo com as visões tradicionais sobre a sociedade brasileira, tornando-se responsável por

construir uma nova forma de interpretar o país, com base na evolução política e econômica, examinando todo o contexto da nossa formação a partir dos parâmetros marxistas, dando ênfase ao Estado e às classes sociais, ou seja, à experiência histórico-social.

Por fim, no decorrer deste escrito, busquei compreender o “sentido” da colonização brasileira, apresentada por Caio Prado, como de uma empresa destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais, subordinando a economia completamente a tal fim, possuindo uma monocultura dependente do trabalho escravo como elemento fundamental. É mediante a interpretação dessas características que o autor apresenta a formação brasileira constituída a partir da solidificação da empresa comercial agrária voltada para a exportação, gerando os setores do orgânico e inorgânico, marcando a nossa trajetória nacional ditada por traços essenciais da colonização.

Partindo desse pressuposto, a análise caiopradiana se volta à estrutura econômica da colônia em dois setores básicos. O primeiro é destinado à assistência ao comércio exterior, com atividade fundamentada na grande empresa agrária, formando a economia orgânica da colônia enquanto fator econômico estável e que determinou o “sentido da colonização”, gerando consequências sobre outros aspectos da vida na colônia, mais precisamente no conjunto que compõe as relações sociais. O segundo setor era composto pelas lavouras de subsistência da colônia, destinadas a amparar e tornar possível a realização da grande empresa agrícola, subsidiária ao processo de produção de gêneros exportáveis, pertencendo às categorias de segunda ordem dentro da base econômica do país. Para o historiador, compunham o que considera como a fração inorgânica da economia, por justamente não se adequar ao sentido da colonização, ou seja, a grande exploração ou produção voltada para o exterior, mas voltadas para o mercado interno, com a finalidade de atender as necessidades básicas da população.

## REFERÊNCIAS

BLANKE, Horst Walter. Para uma Nova História da História. In: MALERBA, Jurandir (org). **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto. 2006, p. 27-64.

COLOMBINI, Iderley. Caio Prado Júnior, o "Sentido da Colonização" e seus Desdobramentos Teóricos. Niterói: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n.52. Jan/Abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/23>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CORDEIRO. Cecília Siqueira. Historiografia e História da Historiografia: Alguns Apontamentos. In: Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Jul. 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432\\_ARQUIVO\\_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do Inorgânico. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura. 1989. p.377-405.

DIEHL, Astor Antônio. Teoria Historiográfica Diálogo entre Tradição e Inovação. Belo Horizonte: **Varia História**. v.22. n.36. p.368-394. Jul/Dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a08.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DORNELLES, Mizael. Considerações Sobre Três Teses da Formação do Brasil. In: Possibilidades de Desenvolvimento em Territórios Periféricos. Rio Grande do Sul: **I simpósio latino-americano de estudos de desenvolvimento regional**. Jul. c2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Pessoal/Downloads/10529-Texto%20do%20artigo-41371-1-10-20181213.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

LEMOS, Alexandre Piana. A Formação Histórica Brasileira: Perspectivas Marxistas. In: Nações, Regiões, Identidades: Possibilidades Históricas e Historiográficas. Rio Grande do Sul, **AEDOS** Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. v.02. n.03. p.58-66. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10583/622>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Caio Prado Júnior "Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia". São Luís: **Revista de Políticas Públicas**. v.12. n.1. Jan/Jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127273014.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Contexto: São Paulo. 2006. p.11-26

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NOVAIS, Fernando A. Considerações Sobre o Sentido da Colonização. São Paulo: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo**. n. 6. p.55-65. 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/4638/1594>. Acesso em: 13 mai. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A História da Historiografia Brasileira e Suas Evidências. In: História da Historiografia. Ouro Preto: **Revista Eletrônica Quadrimestral Edufop**. v.5. n.10. 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/HH10/17>. Acesso em: 28 abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia Brasileira: Um Breve Panorama. Rio de Janeiro: **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. v. 472. p. 13-38. Jul/Set. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OPAS Organização Pan-Americana da Saúde**, c2021. Folha Informativa Sobre COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PACHECO Jr., Israel. Considerações Sobre o Pensamento de Caio Prado Júnior: Colonização e Revolução. Recife: **Praça**: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife. vol. 02. n°01. 2018. p. 24-49. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/236280/29846>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Partido Comunista Brasileiro**, Jul. 2018. Breve Histórico do PCB. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 14 jun. 2021

PEREIRA, Evelyne Medeiros; BARROSO, Milena Fernandes. **Setores Orgânico e Inorgânico na Formação Social Brasileira em Caio Prado Jr**. Rio de Janeiro: Em Pauta. v. 14. n.38. p.39-62. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27844>. Acesso em: 19 jan. 2020.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Brasiliense. 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil. In: Intérpretes do Brasil - Anos 30. São Paulo: **Revista USP**. n.38. p. 64-77. Jun/Agos. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28398/30255>. Acesso em: 05 fev. 2020.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. A Reconstrução Crítica do Sonho de Emancipação e Autonomia Nacional. In: **As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. 8<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 173-201.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: O Primeiro Marxista Brasileiro. In: Intérpretes do Brasil - Anos 30. São Paulo: **Revista USP**. n.38. p. 64-77. Jun/Agos. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28397/30254>. Acesso em: 05 fev. 2020.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado, Cem Anos Depois**. Out. 2007. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=797>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SÁ, Vera Borges de. A Formação do Brasil Contemporâneo por Caio Prado Júnior: Contexto, Epistemologia e Hermenêutica de um Clássico da Historiografia Brasileira. In: Humanidades, Ciências e Letras. Recife: **Revista Symposium**, UNICAP. v.2. n.2. Jul/Dez. 1998. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3077/3077.PDF>. Acesso em: 17 jan. 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças no decorrer da minha caminhada acadêmica, principalmente nessa reta final e a Nossa Senhora, por ter me acolhido e acalmado meu coração nos momentos adversos.

Sou grata a todos aqueles que dividiram esse percurso comigo, familiares, amigos e professores.

Ao meu maior exemplo de força, fé e perseverança, minha mãe Débora Galdino, minha maior incentivadora e admiradora, só tenho a agradecer por tudo o que ela fez e faz por mim, dona da minha eterna admiração. Ao meu pai, Joaquim Henriques, por todo o apoio prestado, inclusive nos últimos momentos de conclusão da graduação.

Aos meus irmãos, Anna Carolyn e Gustavo Henrique, por sempre me motivarem e serem tão presentes na minha vida, principalmente nas madrugadas de escrita. As minhas tias e avós por prestar todo apoio às minhas decisões e ao meu crescimento. A Tarciso Meireles, por dividir os momentos mais árduos da conclusão ao meu lado, obrigada.

Ao professor José da Costa Júnior, por toda paciência e compreensão nesses meses de escrita, pelas valiosas dicas e orientação. À minha orientadora, Hilmária Xavier, por todo o conhecimento compartilhado durante o decorrer do curso.

Sou grata aos amigos e companheiros que conquistei ao longo da minha jornada universitária: Lucas Vieira, Luciana Macêdo, Roberto Carlos (minha dupla de seminários), Elias Cabral, Maryani Reinaldo, Thalles Renan, Ismaell Bento e Iven Maclaud.

Aos amigos de longa data Ruhama Souto, Matheus Maia, Ayanna Carla, Beatriz Alexandre, Yamana Clair, Ivna Rebecca, Iolanda Raquel e Milena Dôso, obrigada por todo o amor e carinho, vocês são parte da minha história. Aos amigos recém chegados e não menos importantes Esdras Bandeiras, Karol Costa, Rayana Cordeiro e Sabrinna Barbosa, sou grata pelo incentivo e amor recebido durante os últimos meses.